



27 DE FEVEREIRO DE 2019

Quarta-feira

- **CURSO: FUNDAMENTOS DA INDÚSTRIA 4.0. "CASOS PRÁTICOS**
- **CAFÉ DA MANHÃ COM PALESTRA: "NOVO REFIS DO PARANÁ E OUTROS TEMAS TRIBUTÁRIOS**
- **PAÍS DEVE CRESCER CERCA DE 2,5% NOS PRÓXIMOS ANOS, DIZ MEIRELLES**
- **PARANÁ VAI CRIAR MECANISMOS PARA IMPULSIONAR EMPRESAS DE TECNOLOGIA**
- **PARANÁ TERÁ SEGUNDA PONTE LIGANDO BRASIL E PARAGUAI**
- **CÂMARA VOTA ACORDOS INTERNACIONAIS NESTA QUARTA**
- **CONFIANÇA DE SERVIÇOS CAI 1,7 PONTO EM FEVEREIRO ANTE JANEIRO, REVELA FGV**
- **EM MEIO À CRISE, MONTADORAS PEDEM A GUEDES QUE ADIE LIVRE COMÉRCIO DE CARROS COM MÉXICO**
- **HONDA INICIA PRODUÇÃO DO FIT EM NOVA FÁBRICA DE ITIRAPINA, SP, PRONTA DESDE 2015**
- **VENDA DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO CRESCERÁ 10% EM 2019**
- **MWM ENTRA NO MERCADO DE GERADORES NO BRASIL**
- **BMW APRESENTA ASSISTENTE DIGITAL QUE RECONHECE VOZ E GESTOS**
- **EM DEZ ANOS, CRISE DERRUBA EM QUASE 90% EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA A VENEZUELA**
- **TRABALHADORES PROTESTAM CONTRA FECHAMENTO DA FORD EM SÃO BERNARDO**
- **CAOA NEGOCIA COMPRAR FÁBRICA DA FORD, DIZ AGÊNCIA**
- **SECRETÁRIO DE PREVIDÊNCIA É QUESTIONADO SOBRE REFORMA E DIZ QUE BOLA ESTÁ COM CONGRESSO**
- **REFORMA TIRA DA CONSTITUIÇÃO REAJUSTE DE APOSENTADORIA E PENSÃO PELA INFLAÇÃO**

- SEM MUDANÇA NA PREVIDÊNCIA, JOVENS VÃO TRABALHAR 'ATÉ MORRER', DIZ MOURÃO
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE AMPLIAR FORÇA DO EXECUTIVO SOBRE O STF
- COM COBRANÇA DE LÍDERES, BOLSONARO SINALIZA MUDANÇAS EM TEXTO DA PREVIDÊNCIA
- DISCURSO ANTIPOLÍTICA DE BOLSONARO EMPERRA APROVAÇÃO DA REFORMA, DIZ MAIA
- DESEMPREGO SOBE PARA 12% EM JANEIRO E ATINGE 12,7 MILHÕES, DIZ IBGE
- GOVERNO QUER DIVERSIFICAR POLÍTICA DE TRANSPORTES, DIZ MINISTRO DA INFRAESTRUTURA
- NOVO DIRETOR DE ITAIPU QUER REDUZIR CUSTOS E AUMENTAR PRODUTIVIDADE
- BANDEIRA NA CONTA DE LUZ PODE FICAR MAIS CARA E ELEVAR TARIFA EM 1,1 PONTO PERCENTUAL
- PETROBRAS FECHARÁ SEDE EM SP E ESTUDA PDV
- BANCOS SOBEM JUROS DO CARTÃO DE CRÉDITO E DO CHEQUE ESPECIAL NO COMECO DE 2019

CÂMBIO		
EM 27/02/2019		
	Compra	Venda
Dólar	3,735	3,736
Euro	4,251	4,253

Fonte: BACEN

Curso: Fundamentos da Indústria 4.0. "Casos Práticos"

27/02/2019 – Fonte: SINDIMETAL/PR



Fundamentos da Indústria 4.0
"Casos Práticos"
De 11 a 22 de março de 2019

Local: PUCPR - Escola Politécnica
Rua Imaculada Conceição, 1155
Prado Velho - Curitiba/PR

O movimento chamado de Indústria 4.0 é reconhecido como sendo a 4ª Revolução Industrial. Mais que um movimento evolucionário, é possível afirmar que a Indústria 4.0 é uma Arquitetura de Referência que prevê a utilização da automação industrial com integração horizontal e vertical da informação. Com isso, as empresas observarão um aumento da sua capacidade de resposta, eficiência e qualidade. Pensando em familiarizar os profissionais das empresas com as tendências e as tecnologias requeridas pela Indústria 4.0, o SINDIMETAL/PR, em parceria com a PUCPR, oferece o curso com a seguinte programação:

Conteúdo Programático:

- I. Decifrar a Indústria 4.0
- II. Introduzir a gestão da inovação e de tecnologias
- III. Apresentar o conceito de produto e produção inteligente
- IV. Apresentar os conceitos de cultura para inovação com foco na indústria 4.0 *
- V. Apresentar o processo de transformação digital para a Indústria 4.0 *

* Esses módulos serão compostos, também, de palestras com players de referência no mercado.

Investimento:

- | |
|--|
| 3 parcelas de R\$332,00 para inscrições até 14/12/2018 |
| 3 parcelas de R\$366,00 para inscrições até 31/01/2019 |
| 3 parcelas de R\$394,00 para inscrições até 28/02/2019 |

Valores exclusivos para empresas associadas

Carga horária 24h - (segundas, quartas e sextas-feiras, no horário das 18h20 às 22h30).

Inclui: Welcome Coffee, login e senha para acesso aos sistemas acadêmicos da PUCPR e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem BLACKBOARD; material didático online e certificação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná através da Escola Politécnica, como curso de extensão em Fundamentos da Indústria 4.0.

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR, através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com o Sr. Gisele Alves de Santana.



REALIZAÇÃO



CAFÉ DA MANHÃ COM PALESTRA: "NOVO REFIS DO PARANÁ E OUTROS TEMAS TRIBUTÁRIOS"

27/02/2019 – Fonte: SINDIMETAL/PR



CONVITE

CAFÉ DA MANHÃ COM PALESTRA

SINDIMETAL/PR convida para a palestra:

"Novo Refis do Paraná e Outros Temas Tributários"

com Leonardo Sperb de Paola

PALESTRANTE

Vice-presidente e coordenador do Conselho de Tributação da Associação Comercial do Paraná; advogado integrante de De Paola & Panasolo - Sociedade de Advogados e doutor em Direito.

14 de Março de 2019

QUINTA-FEIRA | 08h30

SINDIMETAL/PR | Rua Ângelo Greca, 70
Atuba - Curitiba/PR

Público Alvo: associados, filiados e profissionais de contabilidade que atendem as empresas do SINDIMETAL/PR.

A confirmação da presença é indispensável. Entre em contato conosco até o dia 11 de março, através do telefone (41) 3218-3935, com a Dra. Eliziane Maciel, ou pelo e-mail: assistente.juridico@sindimetal.com.br e confirme a sua participação.



País deve crescer cerca de 2,5% nos próximos anos, diz Meirelles

27/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 26-02-2019)

O secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Henrique Meirelles, previu nesta terça-feira, 26, que o País deve crescer cerca de 2,5% ao ano pelos próximos três anos, acima da taxa potencial de expansão do Produto Interno Bruto (PIB), de 2,3%.

Dada que a demanda tem rodado abaixo da capacidade máxima de produção de produtos, Meirelles diz acreditar que a economia tem espaço para se expandir sem exercer pressões sobre a inflação.

“E sem pressões sobre os preços, poderemos manter a Selic baixa pelos próximos três anos”, disse o secretário de São Paulo e ex-ministro da Fazenda do governo Temer durante o 20º CEO Brasil 2019 Conference, do BTG Pactual, em São Paulo.

O Estado de São Paulo, que normalmente cresce a uma taxa 40% superior à média de crescimento nacional, deverá ter expansão de cerca 3% até 2022, afirmou Meirelles.

Desestatização

O secretário da Fazenda de São Paulo avaliou que o “relevante e decisivo” para o Estado nos próximos anos é o programa de desestatização. “O programa de desestatização não é só de privatização, mas de concessões de infraestrutura”, disse Meirelles.

O ex-ministro da Fazenda citou especificamente a questão da Sabesp, considerada por ele como uma das prioridades para o atual governo. Meirelles explicou que o fato de a companhia ser majoritariamente estatal dá à empresa vantagem competitiva por possibilitar a municípios, que usam os serviços da Sabesp, a renovação de contratos sem a necessidade da abertura de concorrência pública. “Essa vantagem, no entanto, inibe o projeto de privatização da empresa.”

Para Meirelles, a saída para esse impasse é a aprovação da Medida Provisória (MP) 868, a MP do Saneamento, reedição da MP 844, que retira a vantagem competitiva de estatais como a Sabesp e favorece a privatização. “Se a MP do Saneamento for aprovada, a Sabesp será privatizada. Sem a aprovação da MP, o plano B é capitalização, com venda de 49% da Sabesp”, afirmou.

Paraná vai criar mecanismos para impulsionar empresas de tecnologia

27/02/2019 – Fonte: Governo Paraná (publicado em 26-02-2019)

Governador Ratinho Junior esteve na sede de uma das maiores aceleradoras de startups do Vale do Silício (EUA) e disse que o Estado busca modelo parecido para o Paraná. A comitiva esteve também na multinacional Oracle e fechou um acordo operacional inédito com a empresa.

O Governo do Paraná trabalha para que, a médio prazo, o Estado tenha aceleradoras de startups que possam fazer o ecossistema de tecnologia paranaense ganhar o mundo. A afirmação foi feita pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior que esteve na Plug and Play Tech Center.com, uma das maiores aceleradoras de startups do Vale do Silício, na Califórnia (EUA).

A Plug and Play organiza startups e as apresenta para grandes financiadores do mundo, com o objetivo de transformar pequenas empresas em empresas globais, como por exemplo, a Uber.

“Queremos levar esse modelo para o Paraná e fazer com que nosso estado crie um mecanismo parecido de impulsionamento de empresas de tecnologia. A ideia é fazer

com que o Paraná seja o estado mais tecnológico do Brasil, com empresas que exportam para o mundo, em especial de agrotech", destacou o governador.

O principal objetivo da comitiva paranaense nos Estados Unidos é trazer soluções tecnológicas na área do agronegócio, do cultivo à logística de distribuição, que possam ser aplicadas no Estado. O governador também disse que a intenção é instalar um escritório do Paraná na região, para que as startups que produzem tecnologia no Estado possam vender para os Estados Unidos e para outros lugares do mundo.

ACORDO INÉDITO – Na sede da Oracle, multinacional de sistemas para hardware, softwares e banco de dados, a comitiva paranaense fechou um inédito acordo operacional, que será assinado no Brasil, envolvendo capacitação, transferência de tecnologia, mentoria e inovação. Trata-se de um acordo nunca antes feito por um estado ou cidade brasileira.

AGENDA - Acompanham o governador na missão o secretário do Planejamento e Projetos Estruturantes, Valdemar Bernardo Jorge; o diretor-presidente da Celepar, Allan Costa; e o diretor-presidente da Agência Paraná Desenvolvimento, José Eduardo Bekin. A agenda no Vale do Silício vai até o final da semana. Inclui visitas a empresas inovadoras de agronegócio e de tecnologia para inclusão social de presos, além de reuniões com investidores e autoridades.

Paraná terá segunda ponte ligando Brasil e Paraguai

27/02/2019 – Fonte: Governo do Paraná (publicado em 26-02-2019)

Investimento foi confirmado pelo presidente Jair Bolsonaro em Foz do Iguaçu, na posse do diretor-geral brasileiro de Itaipu. O papel estratégico da usina binacional foi destacado pelo presidente o governador em exercício Darci Piana, que também participou da solenidade.

A importância estratégica da Itaipu Binacional para o desenvolvimento do Paraná e do Brasil foi destacada pelo presidente Jair Bolsonaro e o governador em exercício Darci Piana nesta terça-feira (26), em Foz do Iguaçu, na posse do novo diretor-geral brasileiro da empresa binacional, Joaquim Silva e Luna. O presidente do Paraguai, Mário Abdo Benítez, prestigiou a solenidade em Foz do Iguaçu.

Bolsonaro confirmou a construção da segunda ponte ligando o Brasil ao Paraguai, sobre o Rio Paraná, em Foz. O investimento foi autorizado em dezembro do ano passado e a proposta é que ela seja bancada por Itaipu. "A segunda ponte sobre o rio Paraná, bem como sobre o rio Paraguai, é de fundamental importância para os nossos povos. Conte com o apoio do nosso governo para concretizarmos esse objetivo", afirmou Bolsonaro, na solenidade.

Ele disse que a parceria entre Brasil e Paraguai, pelo Paraná, possibilitará a construção da nova ponte, novos eixos comerciais e que a nova direção da Itaipu está comprometida com o desenvolvimento econômico do país. "Esse momento tem um simbolismo de extrema importância. Atualmente, o país que não tem energia está fadado ao insucesso. Nós devemos procurar outras fontes e preservar e administrar as que temos. Vamos ter produtividade ampliada para o bem dos brasileiros e dos paraguaios", afirmou.

ECONÔMICO – O papel da cooperação entre a binacional, o Governo do Estado e o setor produtivo foi definida pelo governador em exercício Darci Piana como estratégica para o desenvolvimento do Oeste do Paraná e de todo o Estado.

Ele destacou que a parceria envolve o G7, grupo que reúne os maiores produtores e empresários do Paraná. "São parcerias que estão colaborando com o crescimento do

Paraná e do Brasil. O Estado tem recebido extraordinária ajuda da Itaipu desde a sua fundação”, afirmou.

A hidrelétrica entrega royalties da exploração hidráulica para 15 cidades paranaenses. “O Paraná está à disposição da Itaipu e dará todo suporte necessário para que a nova gestão tenha sucesso. Continuaremos trabalhando para a modernização do Estado”, afirmou Piana.

Já o presidente do Paraguai destacou a produtividade da Itaipu e o “maior empreendimento de energia elétrica do mundo”. Ele mencionou a revisão da distribuição dos royalties em 2023. “Paraguaios e brasileiros temos adiante um mesmo desafio: a revisão das bases financeiras cujo prazo de negociação é eminente. As nossas relações devem estar sustentadas por valores e princípios”, destacou.

FOCO - No discurso de posse, o novo diretor-geral brasileiro, Joaquim Silva e Luna, citou que o principal papel da Itaipu é produção e geração de energia elétrica. “Esse deve ser o nosso foco. Com isso, teremos a melhoria de vida dos dois países-irmãos. E também a busca de novas alternativas de produção de energia com segurança, menores tarifas e menor custo operacional”, afirmou.

Luna ainda citou a Itaipu como símbolo de integração, amizade e confiança. “É uma prova do que países-irmãos fazem em proveito de sua gente. No dia a dia há que se reforçar as convergências e buscas de consensos paritários. O tratado de Itaipu é a nossa Bíblia. A partir dele vamos avançar buscando soluções e trajetórias de consenso, sempre preservando o igualitário bem comum de nossos povos e nossos países”, completou.

Para o ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, a escolha de Luna atende a uma demanda por desenvolvimento econômico. “A Itaipu pressupõe desenvolvimento sustentável para região de entorno e benefícios para a população. Fortaleceremos os setores elétrico, de petróleo e gás, mineração, porque são grandes geradores de riquezas e fundamentais para a retomada da economia. Sempre com compromisso com a segurança jurídica e regulatória”, completou.

ITAIPU BINACIONAL - Recordista em geração de energia no mundo, com mais de 2,6 bilhões de megawatts-horas (MWh) acumulados desde o início de sua produção, em 1984, a Itaipu é um exemplo bem-sucedido de integração entre dois países em âmbito jurídico, político e diplomático.

A binacional do Brasil e do Paraguai conta com um orçamento anual da ordem de US\$ 3,5 bilhões, sendo 70% deste montante destinado ao pagamento da dívida da construção, que será quitada em 2023, incluindo juros e amortizações. No ano passado, a hidrelétrica abasteceu 15% do mercado de energia elétrica brasileiro e 90% do paraguaio.

No discurso de despedida, o ex-diretor-geral brasileiro, Marcos Stamm, afirmou que a Itaipu tem importância vital para o Paraná, em especial para a região Oeste. “Já atingimos 54 municípios (entre eles, os 15 com royalties) paranaenses. Nessa área a Itaipu é uma das principais forças indutoras do desenvolvimento sustentável. Também estamos atuando em conjunto com o G7 com objetivo de implementar projetos que beneficiem o Estado e o desenvolvimento de cadeias produtivas”, afirmou.

Em termos turísticos, a Itaipu também é uma gigante brasileira, tendo ultrapassado a marca de milhão de visitantes em 2018, recorde anual de visitação. No ano passado, 1.024.667 turistas passaram pela usina. No total, os atrativos turísticos da hidrelétrica já receberam mais de 22 milhões de visitantes desde a abertura de suas portas à comunidade, em 1976.

JOAQUIM DE LUNA E SILVA - O presidente Jair Bolsonaro e o ministro de Minas e

Energia (MME), almirante Bento Albuquerque, nomearam o novo diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, Joaquim Silva e Luna, e o novo diretor financeiro executivo da empresa, vice-almirante Anatalício Ridsen Júnior, na última quinta-feira (21). Eles substituem Marcos Vitório Stamm e Mário Antônio Cecato, respectivamente. O mandato tem validade até 16 de maio de 2022. Luna será o 13º diretor-geral brasileiro da Itaipu.

Luna esteve à frente do Ministério da Defesa de 27 de fevereiro de 2018 a dezembro do mesmo ano e foi o primeiro militar a comandar a pasta. Com experiência em planejamento estratégico, orçamento e gestão de projetos, ele comandará o lado brasileiro da usina em momento relevante para a binacional, às vésperas da renegociação do Anexo C do Tratado de Itaipu, que dispõe sobre as bases financeiras da operação.

O último militar brasileiro a dirigir a Itaipu Binacional foi Ney Aminthas de Barros Braga, entre 1985 e 1990. Ele foi precedido pelo general de exército José Costa Cavalcanti, o primeiro diretor-geral brasileiro de Itaipu (1974-1985), que participou de todo o processo de construção da usina.

PROTAGONISTA – A presença do presidente Jair Bolsonaro na posse do diretor-geral brasileiro de Itaipu, em Foz do Iguaçu, foi o primeiro compromisso administrativo programado fora de Brasília desde que assumiu o cargo. O governador em exercício Darci Piana destaca que o Paraná tem sido protagonista na interação com o governo federal. Ele cita que em cerca de 40 dias, o Estado já recebeu três visitas de ministros. Leia mais [Aqui](#).

PARTICIPAÇÕES - Participaram da solenidade Arnoldo Wiens, ministro de Obras Públicas do Paraguai; Bernardino Caballero, vice-ministro das Relações Exteriores do Paraguai; José Alberto Alderete Rodríguez, diretor-geral paraguaio da Itaipu; os ministros Ernesto Araújo (Relações Exteriores), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) e Fernando Azevedo e Silva (Defesa); Roberto Vaesken, governador de Alto Paraná, no Paraguai; Carlos Simas Magalhães, embaixador brasileiro no Paraguai; Wilson Ferreira Junior, presidente da Eletrobrás; o prefeito de Foz do Iguaçu, Chico Brasileiro; os deputados federais Vermelho, José Carlos Schiavinato, Ricardo Barros e Felipe Francischini; o deputado estadual Hussein Bakri; o chefe da Casa Civil, Guto Silva; o presidente da Copel, Daniel Pimentel Slaviero; autoridades empresariais e de organismos internacionais.

Câmara vota acordos internacionais nesta quarta

27/02/2019 – Fonte: Senado Notícias

O Plenário da Câmara dos Deputados reúne-se nesta quarta-feira (27) para votar projetos que referendam acordos assinados pelo Brasil com a Jamaica, a Belarus, Bahamas e Portugal.

O tratado com Portugal cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude (PDC 859/17), o acordo com as Bahamas é sobre serviços aéreos (PDC 876/17) e o fechado com a Jamaica é sobre matéria tributária (PDC 514/16). Já o texto assinado com a Belarus trata de cooperação educacional (PDC 824/17).

[Confira a pauta completa](#)

Íntegra da proposta:

- [PDC-514/2016](#)
- [PDC-824/2017](#)
- [PDC-859/2017](#)
- [PDC-876/2017](#)

Confiança de serviços cai 1,7 ponto em fevereiro ante janeiro, revela FGV

27/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) caiu 1,7 ponto na passagem de janeiro para fevereiro, descendo a 96,5 pontos, na série com ajuste sazonal, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em médias móveis trimestrais, o índice ainda subiu 0,9, mantendo-se em alta pelo sétimo mês consecutivo.

“A queda do índice de confiança em fevereiro parece estar associada a uma calibragem das expectativas, que desde a definição do processo eleitoral avançaram mais de 15 pontos. Apesar da queda no mês, o Índice de Expectativas ainda se mantém acima dos 100 pontos enquanto a percepção das empresas sobre a situação atual prossegue mostrando uma reação discreta, mas contínua. Nesse contexto, o cenário é de continuidade de uma recuperação ainda tímida da atividade nesse primeiro trimestre de 2019”, avaliou Rodolpho Tobler, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/GV), em nota oficial.

Em fevereiro, a confiança recuou em dez das 13 principais atividades pesquisadas. O Índice de Expectativas (IE-S) caiu 4,5 pontos, para 102,6 pontos. Os dois componentes contribuíram negativamente para o resultado: o item que avalia a tendência dos negócios para os próximos seis meses caiu 5,2 pontos, enquanto o de demanda prevista recuou 3,8 pontos.

Já o Índice da Situação Atual (ISA-S) avançou 1,3 ponto em fevereiro, para 90,6 pontos, o maior patamar desde agosto de 2014. A alta do ISA-S foi impulsionada tanto pelo item que mede o volume de demanda atual, com alta de 1,5 ponto, como pelo componente da situação atual dos negócios, que subiu 1,1 ponto.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) do setor de serviços encolheu 0,6 ponto porcentual em fevereiro ante janeiro, para 81,5%. A coleta de dados para a edição de fevereiro da Sondagem de Serviços foi realizada entre os dias 1 e 22 do mês.

Em meio à crise, montadoras pedem a Guedes que adie livre comércio de carros com México

27/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 26-02-2019)

Venda sem restrição começa em 19 de março; empresas querem manter cotas alegando prejuízo com custo Brasil

As montadoras solicitaram ao governo brasileiro que renegocie o acordo automotivo com o México e estenda o regime de cotas para exportação e importação de automóveis por mais três anos.

O tratado atual prevê o livre comércio de carros e autopeças entre Brasil e México dentro de três semanas – mais especificamente a partir do dia 19 de março. Ônibus e caminhões não estão incluídos.

Na semana passada, representantes das montadoras expuseram o pleito do setor durante reunião em Brasília com Marcos Troyo, secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, pasta comandada por Paulo Guedes.



Eles apresentaram um estudo feito pela consultoria PwC, que aponta que é mais barato produzir carros no México do que no Brasil. O diferencial competitivo é provocado pela carga tributária, pela infraestrutura e pela escala. Os mexicanos têm grande volume de produção, porque exportam para os Estados Unidos.

A proposta das montadoras é aumentar a cota para exportação e importação de carros entre Brasil e México em 10% a 15% no primeiro ano de vigência de um eventual novo tratado. A cota continuaria crescendo nos dois anos seguintes até o livre comércio. Hoje o limite está em US\$ 1,7 bilhão por ano e é dividido entre as empresas. Algumas montadoras já estão no teto do que podem importar do México, mas longe de alcançar sua cota de exportação do Brasil para lá.

O setor automotivo atravessa uma crise global e operações brasileiras dão sinais de que a busca por readequação do setor chegou ao Brasil.

Em janeiro, Carlos Zarlenga, presidente da GM no Mercosul, enviou um email aos funcionários destacando que a empresa teve grandes perdas nos últimos três anos e que voltar a investir localmente depende de um doloroso plano para recuperar a lucratividade.

Em fevereiro, a Ford anunciou que vai fechar a fábrica de São Bernardo do Campo, na região metropolitana de São Paulo, também alegando sofrer uma sequência de prejuízos com a produção local.

Na avaliação de executivos de montadoras instaladas no Brasil, o livre comércio com o México neste momento tende a aprofundar as perdas financeiras aqui e até acelerar a transferência de investimentos para outros polos automotivos no mundo.

No ano passado, o Brasil exportou 52,3 mil carros para o México, uma queda de 42% em relação aos 90,3 mil unidades vendidas em 2017, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

“Se abrir o mercado neste momento, pode ocorrer um desvio de investimentos. Ao invés de investir no Brasil, as empresas vão levar projetos para o México”, disse Antonio Megale, presidente da Anfavea, associação que reúne as montadoras.

Procurado pela reportagem, Troyo não comentou o assunto. A solicitação das montadoras confronta a intenção do presidente Jair Bolsonaro de adotar uma postura mais liberal de abertura do mercado brasileiro.

Fontes do governo dizem que ainda não há decisão tomada, mas que a intenção era utilizar o setor automotivo para pressionar o México a selar um entendimento mais amplo com o Brasil.

Brasil e México também possuem um acordo de preferências tarifárias que inclui diversos setores, mas é limitado a cerca de 800 itens. Nos últimos anos, os dois países vêm negociando uma ampliação da lista de produtos, todavia, esbarram na resistência mexicana em abrir seu mercado para os produtos agrícolas brasileiros.

O acordo automotivo entre Brasil e México foi assinado pela vez no início dos anos 2000. Na época, só o Brasil produzia carros populares, que eram exportados para o México. O acordo, portanto, foi visto como positivo para as montadoras instaladas em território brasileiro.

Com o início da produção de modelos populares também no México, a situação se inverteu. A atual versão do tratado previa livre comércio de carros em 2015.

As cotas, no entanto, acabaram sendo estendidas por mais quatro anos, após a então presidente Dilma Rousseff ameaçar romper o entendimento unilateralmente.

Honda inicia produção do Fit em nova fábrica de Itirapina, SP, pronta desde 2015

27/02/2019 – Fonte: G1

Até 2021, todos os modelos nacionais da marca sairão da nova unidade, que aguardava recuperação do mercado



A **Honda** iniciou nesta quarta-feira (27) as operações em sua nova fábrica de Itirapina, no interior do estado de São Paulo, pronta desde 2015. Até 2021, todos os modelos feitos pela marca no Brasil sairão das novas linhas de montagem - o primeiro transferido é o Fit, com 90 unidades diárias.

De acordo com a fabricante, a nova unidade tem capacidade nominal de produção de até 120 mil carros ao ano, dividida em dois turnos, e contará com a experiência dos funcionários transferidos da planta de Sumaré (também no interior de São Paulo).

A marca aponta ainda que a fábrica segue as melhores práticas de produção da Honda no mundo, com tecnologias otimizadas de estamparia e solda, além do novo processo de pintura da carroceria, com base d'água.

"Graças aos ganhos de produtividade, com uma atuação integrada entre as plantas de Sumaré e Itirapina, tornaremos nossa operação no País mais competitiva", afirma Issao Mizoguchi, presidente da Honda na América do Sul.

Por falar na fábrica de Sumaré, permanecerão lá atividades como produção do conjunto motor, bem como como fundição, usinagem, injeção plástica, engenharia da qualidade, planejamento industrial e logística.

A sede administrativa da Honda na América do Sul, além dos setores de pesquisa e desenvolvimento de automóveis, centro de treinamento técnico para concessionários e divisão de peças também continuarão na antiga unidade.

'Trancada' pela crise

Fruto de um investimento de R\$ 1 bilhão, a fábrica de Itirapina começou a ser produzida em 2013 e ocupa uma área de 5,8 milhões de metros quadrados. Ela ficou pronta no final de 2015, mas sofreu dois adiamentos para o início de suas operações pela forte crise que atingiu o mercado brasileiro.

Venda de máquinas de construção crescerá 10% em 2019

27/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 26-02-2019)

Recuperação da economia e demandas no agronegócio apontam para aquecimento do setor

O setor de **máquinas de construção** teve alta de 78% no Brasil com a venda de 12,1 mil unidades em 2018. Para 2019 a projeção é de novo crescimento no País, agora de 10%. Segundo a Volvo Construction Equipment, os números mostram a continuidade da recuperação da economia.

"Praticamente todas as linhas de máquinas apresentaram aumento de vendas no Brasil, depois de um período bastante difícil", afirma o presidente da Volvo CE para a América Latina, Luiz Marcelo Daniel.

"Também sentimos do novo governo a disposição de mudar e implementar medidas", diz. Em 2018 as vendas de máquinas Volvo e SDLG (marca pertencente à empresa sueca) registraram alta de 47,7%. A companhia acredita que o setor continuará em ascensão com base em relatórios econômicos, no aumento da demanda de bens industriais, na inflação contida e na perspectiva de alta de 2,5% no Produto Interno Bruto (PIB) em 2019 e 2020.

A estimativa de crescimento também decorre do aumento da demanda de máquinas de construção pelo agronegócio. As pás carregadeiras já são utilizadas há algum tempo na movimentação da palha da cana em usinas de açúcar, destilarias e plantas de cogeração de energia elétrica. "Vem crescendo também o uso para movimentação de ração e esterco. E em silos como consequência do aumento da produção brasileira de grãos", recorda Daniel.

Embora a companhia não revele volumes, a Volvo Construction Equipment e a chinesa SDLG cresceram juntas 47,7% em 2018 no Brasil. A marca chinesa incorporada pela Volvo respondeu por 34% das vendas locais. A Volvo CE produz equipamentos Volvo e SDLG em Pederneiras (SP).

A unidade monta caminhões articulados, pás carregadeiras, escavadeiras hidráulicas e compactadores de solo com a marca Volvo. Da SDLG produz escavadeiras hidráulicas. A maior parte dos equipamentos tem índice de nacionalização de 50% para atender ao Finame. "No caso do compactador e da escavadeira de 20 toneladas esse índice chega a 60%", afirma o presidente da Volvo CE para a América Latina.

Os motores, quando importados, vêm da Suécia e da Alemanha. A Cummins do Brasil fornece para as máquinas SDLG. A unidade de Pederneiras também utiliza componentes estampados em diferentes países, já que o baixo volume nacional não justifica a produção local.

A rede de distribuição local tem 50 unidades na soma de concessionárias Volvo Construction Equipment, SDLG e lojas compartilhadas.

MWM entra no mercado de geradores no Brasil

27/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 26-02-2019)



MWM inaugura linha de produção de geradores de energia em fábrica de motores no Brasil
Com nova unidade de negócio, empresa investirá o total de R\$ 20 milhões em sua fábrica paulista

A tradicional fabricante de motores MWM diversifica seu portfólio com a criação da nova unidade de negócio **MWM Geradores** para a produção e venda de geradores de energia no Brasil, cuja linha de montagem foi inaugurada na terça-feira, 26, na fábrica da empresa localizada na região de Santo Amaro, na zona sul da capital paulista.

Com investimento total estimado em R\$ 20 milhões pelos próximos 10 anos em produto, fábrica e fornecedores e rede de distribuição. Deste total, R\$ 5 milhões já

foram utilizados para alocar a nova linha dentro da planta de motores. Com isso, devem ser gerados cerca de 1 mil novos empregos, incluindo a cadeia de produção, distribuição e serviço.

A capacidade da nova linha é de 4 mil unidades por ano considerando três turnos de trabalho. Em seu primeiro ano, a MWM prevê a produção de 600 unidades, volume que deve dobrar em 2020, em uma estimativa conservadora. Ela abastecerá o mercado brasileiro, mas também a América Latina, sendo a Colômbia, Peru, Chile, Uruguai e Paraguai, além do México, os principais destinos.

“Entrar no segmento de energia é uma quebra de paradigma: a MWM sempre fabricou motores para quem fabrica veículos ou mesmo para quem produz geradores. Nunca estivemos na ponta, sempre fomos B2B. E hoje este é um passo a mais no Brasil e muito importante não só para a MWM, mas para a Navistar”, afirma o presidente e CEO da Navistar Mercosul, José Eduardo Luzzi.

O executivo explica que o novo negócio deve injetar receitas adicionais na ordem de R\$ 2,7 bilhões pelos próximos 10 anos, o que elevaria os ganhos da companhia a novos patamares no Brasil: no ano passado, seu faturamento líquido foi de R\$ 1,3 bilhão, com crescimento em todos os segmentos em que atua: as vendas de motores cresceram 15%, enquanto a divisão de peças registrou índice de 16%. A empresa também viu as exportações saltarem 70%.

Para Luzzi, apostar em um novo nicho do mercado é uma grande oportunidade para a MWM. “A crise profunda que tivemos trouxe dificuldades para alguns fabricantes do segmento de geradores de energia no Brasil. Com isso, há uma carência muito grande neste setor. Nós vamos continuar vendendo nossos motores para o segmento, mas também vamos atuar nele”, comenta.

Segundo o executivo, a nova linha já está produzindo suas primeiras unidades, cujas vendas são demandas do setor marítimo, construção civil e condomínios residenciais.

MERCADO PROMISSOR

O setor de energia é um dos que mais cresce no País: uma pesquisa encomendada pela MWM Geradores aponta que entre 2018 e 2022, enquanto o PIB brasileiro deve crescer 2,7% em média, o consumo de eletricidade subirá 3,2%. Mesmo na crise, entre 2014 e 2017, enquanto o PIB brasileiro recuou 1,3% em média, o consumo de energia subiu 0,2%. Em 10 anos, contando a partir de 2017, o consumo terá crescido 43%.

Com isso, o mercado de geradores vem apresentando avanços significativos a cada ano desde 2016, após atingir o pico em 2012, com 17 mil unidades. No ano passado, o mercado ficou em 8 mil geradores e a estimativa é de que o volume chegue a 15 mil até 2024.

“É uma demanda importante e uma grande oportunidade de negócio. Atualmente, as hidrelétricas respondem por 66% da energia produzida no Brasil e a tendência é que essa participação caia para 50% em 10 anos por vários motivos, entre eles, o custo da construção de novas hidrelétricas – vide Belo Monte – além de fatores que não se pode controlar, como as chuvas cada vez mais escassas, fora a complexidade na distribuição”, argumenta Luzzi.

A linha de geradores da MWM no Brasil se une à da Argentina, que começou em agosto do ano passado. A MWM Geradores ingressará no mercado em duas fases: a primeira, de início imediato, oferecerá uma linha de geradores a diesel que abrangerá as faixas de potência entre 30 kVA a 770 kVA em 50Hz e de 40 kVA a 800 kVA em 60Hz, para aplicações diversas em diferentes setores, como condomínios residenciais e

industriais, agricultura, sucroalcooleiro, avicultura, telecomunicações, hospitais, supermercados e construção civil entre outros. Para geradores acima de 600 KVA, a empresa conta com parcerias com a MAN, Scania e Volvo.

Em uma segunda fase de lançamentos, previsto para o segundo semestre deste ano, a empresa terá em seu portfólio geradores maiores, de 800 kVA a 1800 KVA, além de modelos abastecidos com etanol e gás com motores de 4 cilindros e que serão lançados entre o fim de 2019 e o início de 2020.

No total, serão 23 modelos de geradores com um sistema modular capaz de fornecer até 234 configurações diferentes. A maior parte da rede de distribuição, 55%, ficará a cargo da própria MWM para parte da região Sudeste e toda a região Nordeste do Brasil.

Norte e Centro do País ficará nas mãos da BRG, que deterá 30% da distribuição no País, enquanto a CuriTek ficará com 15%, na região Sul. Os pontos de serviços serão 567, incluindo 50 da própria MWM Geradores, além de pontos de parceiros, como a WEG, Volvo Penta, Scania e da MWM Motores.

BMW apresenta assistente digital que reconhece voz e gestos

27/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 26-02-2019)



Chamado de Natural Interaction, sistema vai equipar o iNext, modelo automatizado que chega ao mercado em 2021

Alexa, Siri, Cortana: esqueça a geração atual de assistentes digitais. Ao menos esta é a proposta do BMW Natural Interaction, sistema que a montadora apresenta no Mobile World Congress, evento que acontece em Barcelona, na Espanha, até 28 de outubro.

A novidade promete agregar novas camadas de complexidade na interação entre as pessoas e a tecnologia, já que, além de funcionar por comando de voz, é capaz de identificar gestos e reconhecer o olhar.

Segundo a fabricante, as primeiras funções do Natural Interaction vão estreitar no BMW iNEXT, carro elétrico com alto nível de automação que chega ao mercado em 2021. Com o sistema, o motorista poderá interagir e dar comandos para o veículo por meio de diferentes combinações de voz, gestos e olhar, algo mais parecido com a comunicação natural entre pessoas, aponta a BMW.

Para realizar tal feito com segurança, a fabricante afirma ter equipado o sistema com uma série de sensores e câmera 3D que fazem uma análise sensível da voz, dos gestos e do contexto.

A ideia é que o motorista tenha uma resposta mesmo se ele apontar para fora do carro e pedir informações sobre um prédio, como o preço do estacionamento ou em qual horário o restaurante instalado ali funciona, por exemplo.

Cada instrução é processada pelo algoritmo de aprendizado inteligente, o que permite ao veículo aprimorar suas habilidades de interação ao longo do tempo, aponta a empresa.

Em dez anos, crise derruba em quase 90% exportações do Brasil para a Venezuela

27/02/2019 – Fonte: G1

As relações entre Brasil e Venezuela no campo diplomático, que chegaram ao momento mais tenso nos últimos dias com o fechamento da fronteira entre os dois países, também experimentaram um forte recuo no plano comercial nos últimos dez anos.

A Venezuela chegou a ser um dos principais parceiros comerciais do Brasil. Em 2008, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estava entre os dez principais compradores de produtos brasileiros, com importações de US\$ 5,13 bilhões. Mas devido à crise, desde 2015 as importações venezuelanas do Brasil registraram acentuada queda.

Em 2018, somaram US\$ 576,94 milhões, 88,7% menos que em 2008 e apenas 1,64% de tudo o que o Brasil vendeu na América do Sul no ano passado.

O resultado coloca a Venezuela na 51ª posição no ranking dos países importadores de produtos brasileiros. Na América do Sul, está à frente do Suriname (123ª).

Em 2018, os produtos básicos responderam por 42,1% de tudo o que o Brasil exportou para a Venezuela. A principal compra foi de arroz em grãos, seguida por açúcar e soja. De acordo com um analista ouvido pelo **G1**, a queda no comércio entre Brasil e Venezuela está relacionada à crise política que atinge o governo de Nicolás Maduro mas também é reflexo da queda no valor internacional do petróleo (*leia mais abaixo neste texto*).

As importações de produtos venezuelanos pelo Brasil também caíram, mas numa proporção menor. Elas somaram US\$ 538,75 milhões em 2008 e, no ano passado, US\$ 170,88 milhões.

As balanças do comércio com a Venezuela sempre foi favorável ao Brasil, ou seja, nossas exportações sempre superaram as importações de produtos venezuelanos. Entre 2008 e 2018, a maior importação pelo Brasil aconteceu em 2011 (US\$ 1,27 bilhão).

Aproximação política e calote

O período de maior aproximação política e comercial entre Brasil e Venezuela se deu durante os governos petistas, dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Foi nesse período, por exemplo, que foram fechados cinco dos seis contratos de exportação de produtos brasileiros para a Venezuela financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – o outro foi assinado durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Os seis contratos, com valor total de US\$ 2,436 bilhões, se referem a construções de metrô, siderúrgica e estaleiro na Venezuela, tocadas por empreiteiras brasileiras (Odebrecht e Andrade Gutierrez). Dois deles já foram liquidados e quatro ainda estão ativos.

Essas exportações foram feitas dentro do chamado Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), o que significa que as operações tiveram o governo brasileiro como fiador.

Em 2017, já durante a presidência de Michel Temer, o Banco Central do Brasil suspendeu a garantia dada a empresas brasileiras nas exportações de bens e

serviços à Venezuela dentro do CCR. A decisão ocorreu pouco depois de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai darem início a um processo de expulsão da Venezuela do Mercosul.

No final daquele mesmo ano, Nicolás Maduro deixou de pagar parcela desse financiamento e o governo brasileiro precisou usar recursos públicos para cobrir a dívida com o BNDES e outros bancos. Hoje o país deve ao BNDES US\$ 710 milhões e está com parcelas em atraso que totalizam US\$ 126 milhões, incluindo juros.



Petróleo e crise

O petróleo representa 96% de tudo o que a Venezuela exporta. Até 2014, o governo venezuelano, que controla a exploração, foi beneficiado pela valorização do produto, que permitiu inclusive o financiamento de obras e projetos. Naquele ano, porém, o preço do barril no mercado internacional despencou.

A queda foi de 60% apenas entre junho de 2014 e janeiro de 2015, reflexo da demanda menor que a esperada na Europa e na Ásia, entre outros fatores. A Venezuela, portanto, passou a receber menos dinheiro pelo produto.

Além disso, a produção de petróleo no país caiu fortemente devido, em parte, à falta de recursos disponíveis para investimentos. Em 1999, a Venezuela produzia 3 milhões de barris por dia. No final do ano passado, eram cerca de 1,5 milhão, o volume mais baixo em 33 anos.

"O país perdeu com a derrocada do petróleo e com o erro, dos governos Chávez e Maduro, de não diversificar as fontes de receita", disse o professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), Juliano da Silva Cortinhas.

De acordo com ele, a crise e política e econômica na Venezuela levou à "queda na capacidade de investimento e de compra daquele país e à queda na capacidade do estado de atender à população", o que explica a redução na compra de produtos brasileiros.

Cortinhas aponta ainda que as restrições comerciais que vêm sendo impostas à Venezuela para pressionar o governo Maduro estão levando muitas empresas, inclusive as brasileiras, a deixar de fazer negócios com o país.

Trabalhadores protestam contra fechamento da Ford em São Bernardo

27/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 26-02-2019)

Sindicalistas afirmam que se reunirão com a direção global da marca, em Detroit

Mais de 2.000 funcionários se reuniram nesta terça-feira (26) em São Bernardo do Campo para uma assembleia e protesto contra o fechamento da fábrica da Ford nesta cidade, anunciado há uma semana.

O encontro foi convocado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista em resposta à decisão da Ford de fechar sua fábrica mais antiga no Brasil como parte de um plano de reestruturação mundial.

Após uma semana de greve, a presidência do sindicato anunciou que uma delegação será recebida pela direção global da Ford nos Estados Unidos no dia 7 de março para discutir a situação.

"Já que é a direção mundial da empresa a responsável dessa decisão, pedimos para que ocorresse uma reunião na matriz, o que deve acontecer no próximo dia 7, em Detroit", disse Wagner Santana, presidente do sindicato.



A empresa ainda não confirmou o encontro. O fechamento da fábrica, previsto para este ano, afetará 2.800 funcionários diretos, além dos terceirizados.

A fábrica produz o modelo Fiesta e dois tipos de caminhões, cujos modelos serão vendidos até o fim dos estoques. "Estamos aqui para lutar com a Ford que tomou uma atitude unilateral de querer fechar a fábrica após novembro", disse Marlon da Silva Trindade, de 31 anos, funcionário do departamento de logística.

"Faz anos que falam isso, mas a gente não esperava, e está todo mundo desesperado, ninguém tem segundo plano aqui", afirmou Kerily Silva, de 27. O protesto ocorreu debaixo de chuva.

O plano de reestruturação global da Ford, de US\$ 11 bilhões, incluiu uma redução salarial e de custos administrativos na região de mais de 20% nos últimos meses e novas alianças, como a anunciada recentemente com a Volkswagen para desenvolver caminhões de médio porte, segundo a empresa.

Caoa negocia comprar fábrica da Ford, diz agência

27/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Ford anunciou no início do mês que vai fechar sua unidade de São Bernardo do Campo

A montadora Caoa, que produz veículos com a coreana Hyundai e a chinesa Chery, está negociando a compra de uma fábrica da Ford que deve ser fechada neste ano, de acordo com uma pessoa com conhecimento direto do assunto que pediu anonimato. A Ford anunciou no início do mês que vai fechar sua fábrica de São Bernardo do Campo, que emprega cerca de 3 mil pessoas.

Em 2018, a Ford disse que usou apenas 12% de sua capacidade instalada na fábrica, a mais antiga do país. Fechar a unidade é parte do movimento mais amplo da Ford em parar de produzir caminhões comerciais pesados na América do Sul.

Na terça-feira, o governador de São Paulo, João Doria, disse haver três empresas interessadas em comprar a fábrica da Ford, mas não citou nomes. Doria prometeu ajudar a encontrar um comprador para a fábrica.

O governo paulista se recusou a comentar as negociações de Caoa com a Ford. Um representante da Ford negou que a Caoa tenha abordado diretamente a montadora sobre a compra da fábrica.

A Caoa, que começou como uma cadeia de concessionárias, expandiu-se para a fabricação nos últimos anos, mais recentemente comprando metade de uma fábrica originalmente desenvolvida pela chinesa Chery.

A Caoa já é a maior distribuidora da Ford no país. Nesta terça-feira (26), o prefeito de São Bernardo, Orlando Morando (PSDB), se reuniu com o secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos da Costa, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo.

Segundo Morando, o presidente da montadora será convocado a uma audiência com a pasta para apresentar um plano de medidas para os trabalhadores. Em vídeo gravado junto com Morando, Costa disse que "eventualmente uma empresa pode enfrentar dificuldades, tomar suas decisões de economia de mercado. Respeitamos. No entanto, precisa ser feito com responsabilidade".

Secretário de Previdência é questionado sobre reforma e diz que bola está com Congresso

27/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 26-02-2019)

Rogério Marinho se reuniu com a bancada do PSD, que criticou mudanças no BPC e aposentadoria rural

Em reunião com deputados do PSD, o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, foi questionado nesta terça-feira (26) principalmente sobre mudanças propostas em benefícios para idosos em condição de miséria e na aposentadoria rural.

Marinho disse que os parlamentares entenderam as justificativas das propostas, mas afirmou que o Congresso será responsável pela análise da reforma da Previdência.

"A bola está com o Congresso. O processo vai se estabelecer primeiro começando pela Comissão de Constituição e Justiça. Depois, na comissão especial. Esse debate precisa ser democratizado. A população precisa ter acesso a ele. O Parlamento vai fazer o seu papel", declarou o secretário após o encontro com a bancada do PSD.



Rogério Marinho, secretário especial de Previdência e Trabalho - Charles Sholl/Folhapress

Na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma da Previdência, o governo apresentou mudanças no BPC (benefício de prestação continuada), que é pago a idosos, e na aposentadoria rural. Esses pontos são alvo de críticas de parlamentares da base e da oposição.

A equipe econômica propôs pagar R\$ 400 para pessoas a partir de 60 anos de idade e em condição de miséria. Somente a partir dos 70 anos é que o valor seria de um salário mínimo (R\$ 998). Atualmente, o BPC é pago para quem tem 65 anos ou mais. O valor é equivalente a um salário mínimo.

Na aposentadoria rural, a proposta prevê idade mínima de 60 anos para homens e mulheres. Hoje as mulheres se aposentam com 55 anos de idade no sistema rural. Além disso, o tempo de contribuição subiria de 15 anos para 20 anos. "Estamos fazendo nosso trabalho para tirarmos dúvidas", frisou o secretário.

Após o encontro o líder do PSD, André de Paulo (PE), disse que a PEC é consistente do ponto de vista técnico, mas que agora se inicia a fase política da reforma.

O deputado voltou a reclamar da falta de articulação política do governo. "Essa é uma matéria polêmica. O governo precisa se articular politicamente", avaliou.

Marinho repetiu que o projeto de lei que altera regras para militares será enviado até 20 de março. Ele, porém, disse desconhecer a possibilidade de as mudanças serem feitas por medida provisória.

Nesta terça, Marinho se reúne com a bancada ruralista e com deputados do PSDB e PR.

Reforma tira da Constituição reajuste de aposentadoria e pensão pela inflação

27/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Mudança é polêmica; parte dos especialistas teme perdas para aposentados, outros veem avanço

A reforma da Previdência de Jair Bolsonaro (PSL) tira da Constituição a regra que determina reposição da inflação para os benefícios acima do salário mínimo pagos a aposentados e pensionistas da iniciativa privada e do setor público.

Atualmente, essa determinação está em dois trechos da Constituição que têm a mesma redação e determinam: "É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real".

Hoje, a legislação cumpre a exigência da Constituição e assegura a reposição pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em 2018, o INPC variou 3,43%.

A nova redação apresentada na PEC da Previdência (Proposta de Emenda à Constituição) exclui o termo "valor real" em ambos os trechos —do que trata do reajuste de benefícios dos servidores (hoje parágrafo 8º do artigo 40) e também do dedicado ao reajuste de benefícios dos trabalhadores da iniciativa privada (o atual parágrafo 4º do artigo 201).

Em ambos os casos, a PEC joga a definição das regras de reajuste para uma lei complementar ainda a ser desenhada. No aspecto legal, é muito mais fácil aprovar e mudar uma lei complementar. Ela demanda 257 votos de deputados, em duas votações, e 41 de senadores, em uma votação.

Uma PEC para mexer na Carta Magna, como a PEC da Previdência, pede mais votos —e mais força política. Exige o apoio de 308 deputados e 49 senadores, em duas votações em cada Casa.

Para especialistas ouvidos pela **Folha**, não há dúvida de que a mudança abre espaço para o governo ter mais liberdade de como e quando repor aposentadorias e pensões. Essa facilidade tem riscos e vantagens que dividem opiniões.

"Quando se retira uma regra da Constituição, ela deixa de ser política de Estado e passa a ser política de governo —pode ser alterada de acordo com as conveniências", afirma Gláucia Costa, sócia do LBS Advogados.

Há quem tema que o reajuste passe a oscilar de maneira até extrema. "Sem a disposição constitucional de preservar o valor real, poderá se chegar ao cúmulo de defender reajustes excessivamente inferiores à inflação ou mesmo a ausência de

reajustes", diz Marcus Orione, professor de direito previdenciário da USP (Universidade de São Paulo).

O governo nega essa intenção. Em nota, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho diz que "os benefícios continuarão sendo normalmente reajustados pelo INPC". Segundo o órgão, essa garantia está no artigo 37 da PEC (que acolhe a lei na qual está previsto o atual reajuste do INPC).

Entre os economistas, porém, o fim do reajuste pela inflação não parece tão dramático no atual cenário de estabilidade dos preços. "Se estamos caminhando para um país com uma inflação baixa, mais uma razão para não ter vinculação. Do ponto de vista do ambiente macroeconômico, já podemos dar esse salto —assumindo que teremos uma reforma da Previdência suficiente forte para evitar a volta da inflação alta e consolidar a trajetória de inflação baixa", diz Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos.

Hélio Zylberstajn, economista e pesquisador da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), tem a avaliação de que vincular pagamentos a índices de preços é uma herança de que o Brasil ainda não esqueceu. "Tivemos inflação [alta] por muito tempo, para nós ficou natural indexar. Mas essa ideia é muito ruim. Uma das funções do Legislativo é justamente legislar com base na situação concreta", afirma.

Um especialista que falou com a **Folha** na condição de anonimato diz que a mudança, se aprovada, desindexa toda a aposentadoria paga acima do salário mínimo e coloca o chamado Plano B do ministro Paulo Guedes —desvincular, desobrigar e desindexar o Orçamento— já dentro do Plano A, que prevê apenas a reforma da Previdência.

Ele qualifica a possibilidade como uma medida forte, mas alega que desatrelar o gasto previdenciário da inflação traria uma economia real importante.

Nelson Marconi, economista da FGV (Fundação Getúlio Vargas), já não tem a mesma convicção. "A indexação de preços e salários na economia brasileira é um problema. Mas aqui estamos tratando de algo específico: o trabalhador da ativa pode negociar salário para cima ou para baixo, mas aposentados não têm como negociar. Eles precisam ter o poder de compra de suas aposentadorias protegido", diz Marconi.

Vai ser preciso esperar para saber se o impacto da mudança será neutro ou negativo, pois isso vai depender de como a nova regra de reajuste afetará o poder de compra dos beneficiados, avalia Vilma Pinto, pesquisadora da área de Economia Aplicada do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da FGV. "Mas, do ponto de fiscal, o governo teria mais de liberdade nas suas contas, e isso é positivo", diz ela.

A flexibilização é considerada um avanço para alguns. Sergio Vale, economista da consultoria MB Associados, diz que todos os temas relativos aos cálculos sobre a Previdência deveriam ser retirados da Constituição. Para ele, não faz sentido que isso esteja no texto constitucional por se tratar de questão demográfica e que, portanto, precisa de agilidade de ajuste.

"O governo está correto em colocar isso fora da Constituição. Estamos apenas seguindo o que o resto do mundo inteiro faz."

Segundo Vale, tirar esses temas da Constituição é tarefa árdua, mas, se o objetivo for alcançado, ele retira a pressão que existe hoje para que a Previdência seja ajustada. Para Marcelo Martins, sócio do Granadeiro Guimarães, a mudança deve ser alvo de questionamento na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), a primeira etapa pela qual a PEC passa ao longo de sua tramitação no Congresso.

"Se acabar aprovado, deve ser objeto de ação de inconstitucionalidade [no Supremo Tribunal Federal]", diz.

Juliana Inhasz, professora de economia do Insper, questiona se não deveria haver maior alinhamento entre os indicadores escolhidos pelo governo. Ela lembra que o IPCA (inflação oficial do país) tende a ser mais alto que o INPC, por exemplo.

"Cada cesta é composta de uma forma. Isso pode gerar distorções no poder de compra para quem mora em capitais como São Paulo ou Rio, onde o custo de vida é mais alto."

Sem mudança na Previdência, jovens vão trabalhar 'até morrer', diz Mourão

27/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 26-02-2019)

Vice-presidente negou que mudança na aposentadoria dos militares possa ser feita por MP

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, disse nesta terça (26) que a reforma na Previdência de militares não será feita por meio de Medida Provisória e afirmou que as mudanças nas aposentadorias permitirão que o país "deslanche para um novo momento".

Segundo ele, as alterações serão encaminhadas por meio de projeto de lei que vai alterar cinco legislações.

Na segunda-feira (25), o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), afirmou que está sendo estudada a possibilidade de enviar como medida provisória a mudança nas regras de aposentadoria de militares.



O vice-presidente, general Hamilton Mourão - Reuters

"É uma hipótese. Pode ser que seja feito desta maneira", disse após reunião com líderes partidários na Câmara. Ele disse que um projeto de lei complementar sobre o tema permitiria um debate mais amplo sobre o assunto.

Mourão participou em São Paulo de um evento da indústria de armamentos e disse em discurso que a reforma previdenciária é a "primeira das nossas grandes batalhas". "Se esse governo não fizer nada, em 2022 o nosso país para. Vamos apenas pagar salários e aposentadorias. Não teremos mais recursos para custeio nem para investimentos."

E continuou: "O sistema que nós temos hoje não passa de uma pirâmide financeira. Os mais velhos, como eu, vão receber. Os mais novos, como o general [João] Chalela ali, vai trabalhar até morrer. Viu, Chalela? Não tem reserva para você. Então, nós temos que mudar isso aí."

Reforma da Previdência pode ampliar força do Executivo sobre o STF

27/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Gerou polêmica no meio jurídico o trecho da reforma da Previdência que flexibiliza a definição da idade de aposentadoria obrigatória dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal). Especialistas, magistrados e associações criticam a proposta, que facilita a alteração da idade da aposentadoria compulsória. A mudança pode ampliar

a capacidade de o presidente articular a indicação de mais ministros e, desse modo, interferir na composição da Corte.

Em 2015, o Congresso aprovou a chamada PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da bengala, que elevou a aposentadoria obrigatória de ministros de tribunais superiores de 70 para 75 anos. A alteração fez com que a então presidente Dilma Rousseff perdesse a possibilidade de indicar cinco ministros ao STF.



Sessão solene de abertura das atividades no STF, no início de fevereiro - José Cruz-01.fev.2019/Agência Brasil

O texto da Constituição diz, atualmente, que a aposentadoria compulsória pode ser de 70 ou 75 anos, na forma de lei complementar. A lei complementar em vigor estabelece a idade de 75 anos para os ministros de tribunais superiores e servidores públicos da União, estados e municípios.

Técnicos do Congresso explicam que, na prática, hoje, já é possível que uma lei complementar reduza essa idade de 75 para 70 anos. Qualquer outro patamar exigiria nova emenda à Constituição.

Agora, na proposta de reforma da Previdência, o governo Bolsonaro tenta retirar essa definição de idade da Constituição e deixá-la em aberto.

Pelo texto, a aposentadoria obrigatória de servidores públicos e da cúpula do Judiciário deverá ser decidida por meio de um projeto de lei complementar, que exige número menor de votos para aprovação no Congresso. Para aprovar uma PEC é necessário o apoio de ao menos três quintos dos parlamentares —308 deputados e 49 senadores. Uma lei complementar demanda 257 deputados e 41 senadores.

Pela proposta da reforma, até nova lei complementar, a aposentadoria compulsória seria mantida em 75 anos. Aliados de Bolsonaro articulam a redução da idade de aposentadoria dos magistrados em manobra que permitiria que o presidente indicasse quatro ministros para a Corte, em vez de dois.

Se a idade de aposentadoria baixar, deixarão o Supremo antes do fim do mandato de Bolsonaro os ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Pelas regras atuais, só os dois primeiros devem se aposentar, em 2020 e 2021. O professor de Direito Constitucional da UERJ Daniel Sarmiento afirma que o trecho do texto causa estranheza.

“Há paralelo em quase todos os estados que foram caminhando em direção ao autoritarismo, com medidas para mudar a composição de cortes. É um sinal perigoso”, diz. O ex-presidente do STF Carlos Ayres Britto diz que a proposta parece “comer pelas beiradas” a separação entre os poderes, cláusula pétrea da Constituição que não pode ser alterada “a golpe de emendas”.

“A constitucionalização desse tema compõe a própria independência do poder Judiciário, que não pode ficar à mercê dos outros poderes. Desconstitucionalizando o tema, você precariza, vulnerabiliza o sentido da separação dos poderes”, afirma.

Para o presidente da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República), José Robalinho Cavalcanti, se a medida for aprovada, reduções de idade não poderão atingir ministros que já ultrapassaram o novo patamar.

"Se fosse assim, funcionaria como uma cassação de ministros. Que fique claro, não se pode permitir", disse. Procurado, o Palácio do Planalto não respondeu até a conclusão desta edição.

Com cobrança de líderes, Bolsonaro sinaliza mudanças em texto da Previdência

27/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 26-02-2019)

Deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) foi anunciada como líder do governo no Congresso

Em reunião no Palácio do Alvorada, o presidente Jair Bolsonaro foi cobrado na noite desta terça-feira (26) por líderes de partidos da Câmara a recuar em pontos da proposta de reforma previdenciária e a acelerar o envio das mudanças no regime atual dos militares.

Segundo relatos de presentes, diante das queixas dos parlamentares, o presidente sinalizou a possibilidade de mudanças na proposta enviada na semana passada e disse que a reforma ideal não é a dele, mas a que será aprovada pelo Poder Legislativo.

"A frase dele foi: 'A reforma boa não é a minha e não é a de vocês [parlamentares]. É a que vai ser aprovada no Congresso Nacional.' Então, o presidente demonstra sensibilidade. Ele sabe que é de fato um diálogo que tem de ser feito", relatou a deputada federal Joice Hasselmann (PSL-SP).

No encontro, a parlamentar foi anunciada pelo presidente como a líder do governo no Congresso. Segundo ela, se há um descontentamento geral sobre pontos da proposta, cabe ao governo federal discuti-los para encontrar uma solução. A escolha dela foi um aceno de Bolsonaro ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que defendeu seu nome e conduzirá a tramitação da iniciativa.

Segundo Joice, se há um descontentamento geral sobre pontos da proposta, cabe ao governo federal discuti-los para encontrar uma solução. As principais queixas foram em relação às alterações proposta no novo texto nas aposentadorias rurais e de professores e no BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Para os líderes das siglas, as regras atuais devem ser mantidas ou as mudanças devem ser menos radicais. "Ele [presidente] deixou muito claro que o Congresso Nacional terá a liberdade de propor as alterações. E que já praticamente há um entendimento de que haverá alterações na reforma previdenciária", disse o líder do PMN, Eduardo Braide (MA).

Segundo o deputado federal, foi feita uma cobrança para que a proposta geral só comece a tramitar nas comissões parlamentares após o projeto dos militares ser apresentado. De acordo com relatos, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, garantiu que a medida será enviada "o quanto antes".

"Está tudo caminhando bem para isso, para que o texto chegue e seja encaminhado em conjunto. Essa é uma definição que vem da equipe econômica, mas, pelo que tenho ouvido, tudo caminha muito bem para que o texto chegue logo", disse Joice.

No encontro, os líderes dos partidos defenderam que o Palácio do Planalto tenha controle sobre a narrativa em defesa da proposta e atue para isso nas redes sociais.

O que ficou definido é que o próprio presidente atuará como o garoto-propaganda da proposta.

A ideia é que ele defenda a reforma em entrevistas à imprensa, em publicações nas redes sociais e na publicidade do governo, inclusive rebatendo os argumentos contrários de partidos de oposição. As propagandas estão em fase final de elaboração e devem ser veiculadas já em março.

Além das queixas sobre a proposta, os líderes dos partidos aproveitaram o encontro para reclamar que o governo ainda está fechado para o Poder Legislativo. Segundo eles, os ministros palacianos não estão abrindo as suas agendas diárias para receber deputados e senadores.

Segundo relatos de presentes, foi sinalizado que esse cenário será modificado, sobretudo agora que a prioridade do presidente é a aprovação da proposta ainda no primeiro semestre deste ano. As principais críticas foram feitas pelo DEM, partido que hoje detém o maior número de pastas na Esplanada dos Ministérios.

Nesta quarta-feira (27), o ministro da Economia, Paulo Guedes, se reunirá com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para discutir a tramitação da proposta e a possibilidade do governo ceder em alguns pontos do texto enviado pela equipe econômico.

Discurso antipolítica de Bolsonaro emperra aprovação da reforma, diz Maia

27/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 26-02-2019)

Para presidente da Câmara, governo só tem PSL na sua base e perderia na CCJ se votação fosse hoje

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse nesta terça-feira (26) que um dos obstáculos para o presidente Jair Bolsonaro aprovar pautas como a reforma da Previdência é o seu discurso antipolítica. Segundo ele, se a votação da reforma ocorresse hoje na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), o governo perderia.

“O problema é que o presidente está refém do discurso dele de campanha”, disse Maia em seminário do banco BTG Pactual, na capital paulista.

Para o deputado, é improdutivo o discurso de contrapor “nova política” e “velha política”, que contribui para uma erosão das relações com os congressistas. “A questão é construir uma aliança. A gente não pode menosprezar a política, criminalizar a política em todos os momentos”, continuou.



Para Maia é improdutivo o discurso de contrapor “nova política” e “velha política” - Bruno Santos/ Folhapress

Segundo Maia, até o início de junho ou a primeira quinzena de julho, os parlamentares estarão prontos para votar a proposta, mas para isso é preciso uma boa articulação. “Se a gente sabe que é um processo de construção, por que pressa em instalar a comissão se vou ter isso organizado lá para a segunda quinzena de março? Vamos dar

tempo ao tempo para que as coisas se organizem e para que 15 dias não representem derrota da reforma da Previdência”, afirmou.

Segundo ele, o movimento de olhar um assunto de longo prazo com uma ansiedade de curto prazo é coisa do mercado financeiro. “Talvez a pressa possa derrotar a reforma, daí não tem dez anos de economia”, disse.

De acordo com Maia, não é possível saber quantos votos o governo teria hoje para aprovar a reforma porque a sua base está em formação.

“Hoje eu digo que o governo tem o PSL na sua base e não tem mais partido algum”, afirmou. A articulação do governo precisa melhorar, comentou.

Para Maia, não adianta querer colocar o DEM nessa base sem compreender que o partido sozinho não resolve o problema do governo —seria preciso trazer mais 10 ou 12 partidos para aprovar a Previdência.

“Ir sozinho para a base do governo, como sugeriu o Caiado [Ronaldo Caiado, governador de Goiás], é uma precipitação, um erro de avaliação de como forma a base no parlamento brasileiro”, disse.

Maia falou que atender a agenda das bancadas temáticas não significa que eles vão votar a reforma da Previdência e alertou que a nova formação da Câmara tem uma oposição mais forte ao governo do que a existente na gestão passada, de Michel Temer. “O governo precisa olhar o Parlamento com um cuidado grande.”

Comunicação lenta

O presidente da Câmara também fez críticas à comunicação do governo sobre a reforma, que ele considera estar lenta. “A comunicação precisa ser mais ágil”, afirmou. “Já está muito atrasado.”

“As redes sociais são muito rápidas. A contaminação é quase que instantânea. Eu vejo com muita preocupação esse erro [...], não ter preparado as redes com essa guerrilha”, afirmou Maia.

Para ele, o risco é o de que Bolsonaro perca o controle da narrativa sobre a reforma e se repita a onda de rejeição que impediu Michel Temer (MDB) de aprovar sua reforma para o sistema de aposentadorias.

“O que vai mobilizar a sociedade, e a sociedade mobilizar os deputados, são as redes sociais. E, se o governo não for rápido, a gente acaba contaminando como acabou contaminada a reforma do Michel Temer.”

Ele acrescentou: “E nós temos a melhor estrutura de comunicação de WhatsApp, que é a estrutura do PSL do presidente Bolsonaro. A gente não pode perder a oportunidade de utilizá-la”.

Efeito de militares será nulo

Maia disse também que a proposta de reforma dos militares vai ser encaminhada depois do Carnaval e que é importante aprovar pelo menos uma idade mínima para que eles não se aposentem tão jovens.

Do ponto de vista fiscal, disse ele, a proposta dos militares deve ter um efeito nulo porque virá acompanhada de uma reorganização salarial para as Forças Armadas.

“Também não acho que o general de quatro estrelas, por tudo que passou e se preparou, ganhar R\$ 22 mil e o teto do serviço público ser R\$ 39 mil (...) não me parece uma equação correta. Mas a gente sabe que não tem como fazer essa reorganização da noite para o dia senão quebra o Estado.”

Em relação ao serviço público, disse ele, dois temas vão resultar muita pressão: a idade mínima de aposentadoria para os servidores públicos que entraram antes de 2003 e a questão das alíquotas de contribuição progressivas, que já dizem ser inconstitucional.

“Mas é difícil alguém defender a alíquota de quem ganha lá embaixo ser igual a de quem ganha o topo”, disse.

Desemprego sobe para 12% em janeiro e atinge 12,7 milhões, diz IBGE

27/02/2019 – Fonte: G1

Número de desempregados é o maior desde agosto. Já o número de trabalhadores por conta própria bateu recorde histórico, reunindo 23,9 milhões.



A taxa de desemprego no Brasil aumentou para 12% no trimestre móvel encerrado em janeiro, atingindo 12,7 milhões de pessoas, segundo dados divulgados nesta quarta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Trata-se do maior número de desocupados desde agosto do ano passado, após uma sequência de 8 meses seguidos de quedas e um de estabilidade.

No trimestre encerrado em dezembro de 2018, a taxa de desemprego verificada pelo IBGE foi de 11,6%, atingindo 12,2 milhões de brasileiros.

A recuperação ainda lenta do mercado de trabalho tem sido pressionada pelo elevado número de desalentados e de subutilizados, em uma economia que ainda sem fôlego expressivo, apesar da expectativa de melhora progressiva.

No ano passado, a taxa média de desemprego recuou para 12,3%, ante 12,7% em 2017, mas foi sustentada sobretudo pelo crescimento do trabalho informal e por conta própria, que voltou a bater recorde neste trimestre encerrado em janeiro.

Efeito sazonal

A alta do desemprego neste início de 2019 reflete principalmente um movimento sazonal de dispensa após as contratações de final de ano. Janeiro é um mês em que muitos trabalhadores temporários são dispensados e tradicionalmente há um aumento da taxa de desocupação.

Na comparação com o trimestre anterior (agosto a outubro), a taxa de desemprego aumentou 0,3 ponto percentual, com um adicional de 318 mil pessoas na fila do desemprego.

Segundo o gerente da pesquisa, Cimar Azeredo, trata-se de um movimento sazonal. "Tem a ver com o movimento natural do mês de janeiro, com a dispensa de trabalhadores, sobretudo temporários no comércio", disse.

A indústria foi o setor que mais dispensou trabalhadores na comparação com o trimestre encerrado em outubro (menos 345 mil), seguida por agricultura (menos 192 mil) e administração pública (menos 175 mil).

Apesar do aumento do número de desempregados, trata-se da segunda queda seguida da taxa oficial de desocupação para meses de janeiro. No trimestre móvel encerrado em janeiro de 2018, o desemprego estava em 12,2%.

27,5 milhões de subutilizados

O número atual de ocupados (92,5 milhões) no trimestre encerrado em janeiro também é o menor desde agosto de 2018. Segundo o IBGE, a população ocupada no país caiu -0,4% (menos 354 mil pessoas) em relação ao trimestre encerrado em outubro. Em 1 ano, porém, aumentou 0,9%.

"Não é possível falar em recuperação do mercado de trabalho com esse quadro. Nós temos o mesmo quadro que em janeiro do ano passado se olharmos somente para o lado da desocupação. Mas se nos voltarmos para a ocupação apenas, vemos um incremento de 846 mil trabalhadores. Isso é bom, ter mais gente ocupada? Por um lado, sim, mas são todas vagas informais", avaliou Azeredo.

A taxa de subutilização da força de trabalho ficou em 24,3%. De acordo com o IBGE, 27,5 milhões de brasileiros estavam subutilizados no trimestre encerrado em janeiro – 209 mil a mais que no trimestre imediatamente anterior. Já na comparação anual, esse contingente cresceu 2,5% (mais 671 mil pessoas).

O **número de desalentados** ou de trabalhadores que desistiram de procurar uma vaga (4,7 milhões) ficou estável em relação ao trimestre anterior, mas aumentou 6,7% na comparação anual (296 mil a mais).

Já o contingente de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas (6,8 milhões) caiu 2,4% em relação ao trimestre anterior, mas subiu 7,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (466 mil a mais).

Recorde de trabalhadores por conta própria

O número de trabalhadores por conta própria e de empregadores tiveram recorde histórico neste trimestre encerrado em janeiro, reunindo, respectivamente, 23,9 milhões e 4,5 milhões de pessoas.

Na comparação com o trimestre anterior, o número de trabalhadores por conta própria aumentou em 1,2% (291 mil a mais). Já na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a alta foi de 3,1% (719 mil pessoas a mais).

O número de empregadores se manteve estável em 3 meses, mas cresceu 3,3% na comparação com janeiro de 2018 (146 mil a mais).

Os grupamentos de atividades que mais registraram aumento nestes dois tipos de posição foram os de comércio, outros serviços, alojamento e alimentação e, sobretudo, transportes.

Segundo Azeredo, se mantém a tendência do aumento de pessoas trabalhando com o transporte alternativo de passageiros, por conta dos aplicativos de transporte, que representam uma porta mais fácil de ingresso informal no mercado de trabalho.

Trabalho formal e sem carteira assinada

O número de trabalhadores em carteira de trabalho assinada caiu 2,8% na comparação com o trimestre anterior (menos 321 mil pessoas). Na comparação anual, entretanto, subiu 2,9%, um adicional de 320 mil pessoas.

O número de empregados com carteira de trabalho assinada, por sua vez, ficou estável na comparação com o trimestre anterior, mas em 1 ano recuou 1,1% (380 mil a menos).

"A carteira de trabalho continua estável, mas em momento algum a gente percebe geração de postos de trabalho com carteira", avaliou Azeredo.

Os números de emprego formal em janeiro pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) serão divulgados nesta quinta-feira pelo governo federal.

Renda média

No trimestre encerrado em janeiro, o rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas ficou em R\$ 2.270, o que segundo o IBGE representou uma alta de 1,4% frente ao trimestre anterior e estabilidade em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Já a massa de rendimento real habitual (R\$ 205 bilhões) ficou estável em ambas as comparações.

Governo quer diversificar política de transportes, diz ministro da Infraestrutura

27/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 26-02-2019)

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, afirmou nesta terça-feira, 26, a senadores que o governo quer diversificar a política de transportes no País e aumentar hidrovias, cabotagem e ferrovias. Segundo ele, há um potencial de crescimento da cabotagem (navegação dentro do País, em rios ou mar) e afirmou que o governo pode alavancar isso com medidas como a redução do ICMS sobre o bunker (combustível).

Ele ainda citou mudanças no valor da praticagem (condução das manobras para atracamento), mas sem dar detalhes. "O que trava a cabotagem? Ela tem um potencial para crescer muito mais. Já está crescendo na casa de dois dígitos, mas se mexermos em valor da praticagem, no ICMS do bunker, vamos conseguir alavancar essa questão da cabotagem", disse ele, que participou de audiência pública no Senado.

Setor aéreo

O ministro da Infraestrutura afirmou aos parlamentares na audiência pública que um conjunto de ações deve impulsionar o crescimento do setor aéreo nos próximos anos. Segundo ele, a recente movimentação dos Estados na diminuição do ICMS sobre o querosene de aviação, a medida provisória que abre o setor ao capital estrangeiro e os acordos sobre espaço aéreo vão aquecer esse mercado.

Ele destacou que há empresas interessadas em ingressar no Brasil, tanto para operar voos quanto para gerir aeroportos.

E afirmou que há empresas de baixo custo, as chamadas 'low cost', que aguardam a aprovação da MP que abre o capital no setor a estrangeiros para ingressar no País.

Freitas disse que a abertura é "fundamental para injeção de capital em companhias que já operam no Brasil e para que novas entrem".

"Temos low costs que estão prontas para aportar capital no Brasil e esperam MP para ter maior segurança jurídica", disse, completando: "Nossas conversas com o setor têm sido frequentes e temos percebido apetite grande em se instalar no Brasil."

Novo diretor de Itaipu quer reduzir custos e aumentar produtividade

27/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 26-02-2019)

'Estaremos de olho na austeridade de todos os gastos', declarou Silva e Luna

O novo diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, general Joaquim Silva e Luna, afirmou nesta terça-feira (26) que quer trabalhar por uma tarifa de luz mais baixa e diminuir o custo operacional da usina, a maior do país.

“[Queremos] inovação tecnológica, produção de energia com segurança, menor custo operacional e menores tarifas. Estaremos de olho nisso e na austeridade de todos os gastos”, declarou Silva e Luna. O novo diretor tomou posse nesta terça. É o primeiro militar em 30 anos a comandar a diretoria-geral brasileira de Itaipu.



Presidente Jair Bolsonaro e o presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, em reunião durante a cerimônia de posse do general Joaquim Silva e Luna como diretor de Itaipu - Marito Abdo/Twitter

Na cerimônia, que foi prestigiada pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), Silva e Luna não foi específico sobre o que fará para reduzir a tarifa de luz e baixar os custos de operação.

Há a expectativa de que o governo renegocie a tarifa com o governo do Paraguai, que vende sua energia excedente para o Brasil.

O novo diretor-geral, assim como Bolsonaro, confirmou que o tema será alvo de negociações bilaterais —mas disse que a decisão será compartilhada.

O presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez, fará uma visita ao Brasil em março para tratar do tema.

Outra promessa foi aumentar a produtividade da hidrelétrica: Luna e Silva afirmou que haverá mudanças, e declarou que o principal objetivo da Itaipu, que hoje investe milhões em patrocínios e convênios com municípios da região, é gerar energia elétrica. “O restante é derivativo. Entendo que esse deve ser o nosso foco”, disse.

Em 2023, parte do tratado de Itaipu será revisto, incluindo as regras de repartição de royalties e da amortização do financiamento para a construção da usina. O general também deve comandar as tratativas sobre o acordo na usina.

Bandeira na conta de luz pode ficar mais cara e elevar tarifa em 1,1 ponto percentual

27/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 26-02-2019)

Aneel estuda elevar preço máximo das bandeiras tarifárias de R\$ 5 para R\$ 6 a cada 100 quilowatts-hora

As bandeiras tarifárias –adicionais cobrados na conta de luz– poderão ficar mais caras a partir deste ano. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) propôs aumentar o preço das sobretaxas, que são aplicadas em períodos em que chove pouco.

A alta proposta deverá representar, em média, um aumento de 1,1 ponto percentual no reajuste da tarifa de energia dos brasileiros em 2019, segundo cálculo da TR Soluções, empresa especializada em tarifas de energia.

As bandeiras tarifárias servem para repassar ao consumidor os custos extras das distribuidoras quando há secas. Nesses períodos, a geração hidrelétrica é prejudicada, e as empresas precisam contratar energia mais cara, em geral de usinas termelétricas.

Para compensar a alta de gastos, esses adicionais são cobrados e repassados às companhias.

As sobretaxas têm diferentes patamares, que evoluem de acordo com a gravidade da seca: verde (sem taxa), amarela, vermelha patamar 1 ou vermelha patamar 2.

Segundo a proposta da Aneel, que será levada a audiência pública, o preço máximo das bandeiras (vermelho patamar 2) subiria de R\$ 5 para R\$ 6 por 100 kWh (quilowatts-hora).

A bandeira amarela passaria a adicionar R\$ 1,50 por 100 kWh, e a vermelha patamar 1 acrescentaria R\$ 3,50 por 100 kWh. Hoje, as taxas são de R\$ 1 e R\$ 3, respectivamente.

Os valores, porém, poderão ser alterados até a conclusão da audiência pública, segundo a agência reguladora.

O aumento das bandeiras tarifárias é defendido pelas distribuidoras de energia. Elas afirmam que, hoje, os adicionais não dão conta de cobrir os gastos extras, devido à seca prolongada nos reservatórios do país.

"Elas têm de ser 'recalibradas', porque aquilo que as bandeiras não cobrem será repassado ao consumidor de qualquer forma no reajuste tarifário anual", afirma Nelson Fonseca Leite, presidente da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica).

Esse déficit das distribuidoras não coberto pelas bandeiras chegou a cerca de R\$ 3 bilhões em agosto do ano passado, diz ele.

No fim do ano passado, a perspectiva era positiva para a hidrologia em 2019, após fortes chuvas em novembro e dezembro. Em janeiro, porém, o mercado de energia foi surpreendido por um início de ano mais seco do que o esperado, o que levantou sinal de alerta no setor.

Ainda assim, a perspectiva é que os reajustes em 2019 fiquem aquém dos do ano passado, segundo a TR Soluções. No fim de 2018, a empresa havia previsto uma alta média de 0,38% no país. Contabilizando as bandeiras sob o cálculo proposto pela Aneel, a taxa subiria para cerca de 1,5%.

O preço máximo das bandeiras já havia passado por uma alta no fim de 2017 para dar alívio às companhias de distribuição diante da falta de chuvas e gastos extras acima do previsto.

Atualmente, a conta de luz está sem cobrança adicional. A decisão sobre a aplicação da bandeira é feita pela Aneel a cada mês.

Petrobras fechará sede em SP e estuda PDV

27/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 26-02-2019)

Empresa quer desocupar até julho prédio na Paulista em que trabalham mais de 600 pessoas

A Petrobras decidiu desmobilizar sua sede administrativa em São Paulo e estuda a criação de novos planos de demissão voluntária para cortar custos. As medidas foram anunciadas em reunião nesta segunda-feira (25), na qual a companhia disse que procurará realocar o pessoal da sede paulistana.

“Ficará em São Paulo aquilo que é essencial, que é ultra necessário para a performance da companhia”, disse o gerente-executivo de Recursos Humanos da empresa, Cláudio Costa, segundo áudio ao qual a **Folha** teve acesso, cujo teor foi confirmado ao sindicato local por trabalhadores que estavam na reunião.

“Dá para absorver todo o mundo que está aqui? Não. Algumas pessoas não ficarão”, completou.

Segundo o Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo, 400 trabalhadores do local são empregados próprios da Petrobras —o restante é de terceirizados.

Chamada de Edisp, a sede administrativa ocupa sete andares em um edifício na avenida Paulista e abriga empregados que prestam serviços a unidades operacionais da empresa no estado e no Sul, principalmente refinarias.

Costa sinalizou com programas para incentivar a redução de pessoal. “Algumas pessoas vão decidir por conta própria não permanecer na companhia. Os programas virão para ajudar nesse processo decisório”, afirmou. O contingente que permanecerá na capital paulista deve ficar em escritórios compartilhados.



Petrobras fechará sede em São Paulo e pode demitir até 800 funcionários - Paulo Whitaker-23.abr.2015/Reuters

Segundo ele, a medida visa cortar custos. Faz parte de estratégia global para reduzir a presença em alguns setores e focar a geração de valor para os acionistas. Desde que assumiu o cargo, o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, tem dito que a empresa vai priorizar o pré-sal.

Em vídeo divulgado aos funcionários após a divulgação da notícia, Castello Branco disse que a empresa estuda como recolocar todos os empregados da sede em São Paulo.

“As pessoas que trabalham nesse prédio —nós temos uma estimativa de 655 pessoas, a não ser que eu esteja enganado— serão direcionadas para outros locais de custo mais baixo”, afirmou.

“Nós não temos a intenção, a priori, de demitir ninguém”, completou. O executivo confirmou, porém, que há estudos para a criação de planos de demissão incentivada. “Nós estamos estudando um programa de demissão incentivada de forma voluntária”, disse, alegando que ainda não há detalhes porque os estudos de custos estão em curso.

“Eles querem levar o máximo possível de pessoas para o Rio. Mas o ideal para o trabalhador seria buscar outro prédio mais barato em outro bairro”, afirmou Alexandre Castilho, diretor do sindicato paulista, que pede à empresa um estudo de viabilidade dessa alternativa.

Os trabalhadores se reunirão com sindicatos nesta quarta-feira (27) para debater o tema. “São duas questões distintas: uma é local, sobre o edifício, a outra é a privatização do sistema de refino. O Edisp é a primeira peça de um processo de desmonte do refino”, diz o sindicalista.

A Petrobras tem quatro refinarias em São Paulo e duas no Sul. Em 2018, colocou o controle das duas unidades no Sul à venda, mas o processo foi interrompido após liminar do Supremo que condicionava a venda do controle de estatais à aprovação do Congresso.

Em 17 de janeiro, a companhia decidiu retomar o processo de venda —que inclui também um pacote com fatias em duas refinarias do Nordeste—, mas não está claro ainda se o modelo será o mesmo. Castello Branco já disse que a Petrobras estudará a venda de outras refinarias.

A proposta inicial era se desfazer de 60% de duas novas empresas que controlam, cada uma, com duas refinarias, dutos e terminais. Dessa forma, a estatal repassaria a um parceiro privado 25% da capacidade nacional de refino.



Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras - Sergio Moraes/Reuters

A Petrobras diz que a desocupação do Edisp deve ser concluída até junho e vai gerar economia de R\$ 100 milhões no período do plano de negócios, entre 2019 e 2023. Segundo a estatal, há estudos em curso para determinar atividades que podem migrar para outros imóveis.

“Os gestores responsáveis pelas atividades que hoje são realizadas no prédio estão avaliando quais delas realmente precisam permanecer na capital paulista e quais podem ser realocadas em outros imóveis da companhia no estado, como a sede da UO-BS [unidade operacional em Santos] ou as refinarias, ou mesmo na sede, no Rio”, afirmou a empresa, em nota.

No texto, a Petrobras confirma também estudos para programas de demissão incentivada para cortar custos, mas diz que ainda não há detalhes ou cronogramas definidos.

Bancos sobem juros do cartão de crédito e do cheque especial no começo de 2019

27/02/2019 – Fonte: G1

Taxa do cartão de crédito rotativo passou de 285,4%, em dezembro, para 286,9% ao ano, em janeiro. Juro do cheque especial avançou de 312,6% para 315,6% ao ano nessa comparação.

Os bancos iniciaram o ano de 2019 elevando os juros médios cobrados no cartão de crédito rotativo e no cheque especial, segundo informações divulgadas pelo Banco Central (BC) nesta quarta-feira (27).

- O juro médio do cartão de crédito rotativo para pessoas físicas subiu de 285,4% ao ano, em dezembro, para 286,9% ao ano, em janeiro deste ano.
- Já a taxa média do cheque especial, de acordo com a instituição, avançou de 312,6% ao ano, em dezembro, para 315,6% ao ano, em janeiro de 2019.

O aumento de juros bancários acontece em um momento de estabilidade da taxa básica da economia, fixada pelo Banco Central a cada 45 dias para controlar a inflação. A taxa Selic está na mínima histórica de 6,5% ao ano desde março do ano passado.

A inadimplência, que segundo o Banco Central também influencia os juros cobrados pelos bancos, subiu de 2,8% em dezembro para 2,9% em janeiro deste ano. No caso das pessoas físicas, passou de 3,2% para 3,3% e, das empresas, avançou de 2,4% para 2,5% nesta comparação.

Juros bancários elevados

As taxas de juros do cartão de crédito e do cheque especial ainda seguem elevadas na comparação com outros países e também com outras linhas de crédito ofertadas pelos bancos.

A recomendação de economistas é de que os clientes bancários não usem essas modalidades, ou que, se necessário, as utilizem por um período muito limitado de tempo.

Juros bancários elevados inibem o consumo e também os investimentos na economia brasileira. Esse é um dos problemas, segundo economistas, a serem enfrentados na economia pela gestão do presidente Jair Bolsonaro.

Dados do BC mostram que os quatro maiores conglomerados bancários do país detinham, no fim de 2017, **78% de todas as operações de crédito feitas por instituições financeiras no país.**

No ano passado, o lucro dos maiores bancos do país cresceu. É o caso do **Bradesco**, do **Itaú**, do **Santander**, e do **Banco do Brasil**.

Novo chefe do BC diz que bancos são competitivos

Em audiência pública no Senado Federal nesta terça-feira (26), o economista Roberto Campos Neto, que teve seu nome aprovado para comandar o Banco Central, avaliou que o sistema bancário brasileiro não é mais "concentrado" do que em outras economias desenvolvidas, e acrescentou que os **bancos do país também são competitivos.**

"A gente precisa distinguir entre concentração e competição. Na crise [do subprime, iniciada em 2008], países aceitaram mais concentração por mais segurança", declarou ele, acrescentando que "vários estudos mostram que a competição no Brasil não é muito diferente do mundo emergente".

"O Brasil, apesar de ser concentrado [o sistema financeiro], dá para dizer que existe competição. No entanto, essa competição não gerou um spread [juros bancários] adequado", declarou ele na ocasião.

O economista disse, também, que só olhar o tamanho do lucro dos bancos "não é uma boa métrica". Ele acrescentou que é preciso avaliar a rentabilidade das instituições financeiras.

"Tem que ver qual é o lucro sobre o capital empregado. Retorno dos bancos já foi bem maior, 19%, 20%, já caiu para 12%. Bancos rendiam mesma coisa que títulos do governo. Agora voltou para alguma coisa como 15%. Apesar de o lucro ser crescente, rentabilidade baixou muito, voltou a crescer, mas está abaixo do máximo", afirmou Campos Neto.

Estudo da Consultoria Económica mostra, porém, que a mediana da rentabilidade sobre o patrimônio (ROE) dos bancos brasileiros supera a das instituições norte-americanas desde 2005, com exceção de 2014 - considerando bancos com ativos acima de US\$ 100 bilhões. O levantamento foi feito até o ano de 2016.

Juros bancários médios

Com o aumento dos juros do cheque especial e do cartão de crédito rotativo em dezembro, os números do BC mostram que também houve alta nos juros médios das instituições com recursos livres (sem contar BNDES, crédito rural e imobiliário) em novembro.

- a taxa média total (pessoa física e jurídica) passou de 35,6% ao ano em dezembro para 37,7% ao ano em janeiro.
- os juros nas operações com pessoas físicas passaram de 48,9% ao ano, em dezembro, para 51,4% ao ano, em janeiro.
- a taxa cobrada das empresas subiu de 18,8% ao ano em dezembro para 20,2% ao ano em janeiro.

Spread bancário

Com o aumento dos juros médios de todas as operações das instituições financeiras, o chamado "spread bancário" (diferença entre o que os bancos pagam pelos recursos e o que cobram de seus clientes) também subiu em janeiro.

No caso das operações com pessoas físicas e com empresas, o "spread" passou de 40,7 pontos percentuais em dezembro para 43,5 pontos em janeiro deste ano. Com isso, o spread bancário segue em patamar elevado para padrões internacionais.

O "spread" é composto pelo lucro dos bancos, pela taxa de inadimplência, por custos administrativos, pelos depósitos compulsórios (que são mantidos no Banco Central) e pelos tributos cobrados pelo governo federal, entre outros.